



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

RELATÓRIO DE BUSCA

N.º do Pedido: BR102018001000-0 N.º de Depósito PCT:
Data de Depósito: 17/01/2018
Prioridade Unionista: US 15/409,863 (19/01/2017)
Depositante: THE BOEING COMPANY (US) ; UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS - UFMG (BRMG)
Inventor: PATRICK JOHN KINLEN; LUCIA PINHEIRO SANTOS PIMENTA
@FIG
Título: "Método para selecionar um extrato de planta, e, revestimento de
inibição de corrosão "

1 - CLASSIFICAÇÃO IPC C23F 11/10, G01N 27/26
CPC

2 - FERRAMENTAS DE BUSCA

<input type="checkbox"/> EPOQUE	<input checked="" type="checkbox"/> ESPACENET	<input type="checkbox"/> PATENTSCOPE	<input checked="" type="checkbox"/> CCD
<input type="checkbox"/> DIALOG	<input type="checkbox"/> USPTO	<input type="checkbox"/> SINPI	
<input type="checkbox"/> CAPES	<input type="checkbox"/> SITE DO INPI	<input type="checkbox"/> STN	

3 - REFERÊNCIAS PATENTÁRIAS

Número	Tipo	Data de publicação	Relevância *
US20080295728	A1	04/12/2008	Y

4 - REFERÊNCIAS NÃO-PATENTÁRIAS

Autor/Publicação	Data de publicação	Relevância *
SMM Shanab, MA Ameer, AM Fekry, AA Ghoneim, EA Shalaby Resistência à corrosão da liga de magnésio (AZ31E) como biomateriais ortopédicos em cloreto de sódio contendo compostos antioxidantes ativos de Eichhornia crassipes	2011	N, I, Y

Int J Electrochem Sci, 6 (2011), pp. 3017-3035 Microsoft Word - 6073017.doc (electrochemsci.org)		
Ferreira Júnior, J.M.; de Vasconcelos Silva, M.G.; Monteiro, J.A.; de Sousa, Barros A.; Falcão, M.J.C.; de Moraes, S.M.: Avaliação da atividade antioxidante e inibição da corrosão por extratos e constituintes vegetais brasileiros. Int. J. Electrochem. 11 , 3862-3875 (2016) 110503862.pdf (electrochemsci.org)	2016	N, I, Y
Boujakhrou A, Hamdani I, Chahboun N, Bouyanzer A, Santana RV, Zarrouk A (2015) Atividade antioxidante e comportamento inibitivo de corrosão das sementes de cola garcinia em aço leve em meio clorídrico. J Mater Environ Sci 6(12):3655-3666 418-JMES-Boujakhrou.pdf (jmaterenvironsci.com)	2015	N, I, Y
Saidi N., Elmsellem H., Ramdani M., Yousfi F., Rmili R., Azzaoui K., Aouniti A., Chahboun N., J. Mater. Environ. Sci. 7 (2016) 4105-4115 439-JMES-2392-Saidi.pdf (jmaterenvironsci.com)	2016	N, I, Y
P.B. Raja, M.G. Sethuraman Produtos naturais como inibidor de corrosão para metais em mídia corrosiva - uma revisão Mater. Lett., 62 (2008), p. 113 Produtos naturais como inibidor de corrosão para metais em mídia corrosiva — A review - ScienceDirect	2008	N, I, Y

Observações: – As anterioridades podem ser encontradas em
<http://ccd.fiveipoffices.org/CCD-2.2.1/html/viewCcd.html?num=BR20181001000&format=epodoc&type=application>

Rio de Janeiro, 06 de Abril de 2022.

Gilson da Silva
 Chefe de Divisão/ Mat. Nº 1348998
 DIRPA / CGPAT I/DINOR

* Relevância dos documentos citados:

- A documento que define o estado geral da técnica, mas não é considerado de particular relevância;
- N documento de particular relevância; a invenção reivindicada não pode ser considerada nova quando o documento é considerado isoladamente;
- I documento de particular relevância; a invenção reivindicada não pode ser considerada dotada de atividade inventiva ou de ato inventivo quando o documento é considerado isoladamente

Y documento de particular relevância; a invenção reivindicada não pode ser considerada dotada de atividade inventiva quando o documento é combinado com um outro documento ou mais de um;

PN documento patentário, publicado após a data de depósito do pedido em exame, ou da prioridade requerida para o pedido em exame, cuja data de depósito, ou da prioridade reivindicada, é anterior a data de depósito do pedido em exame, ou da prioridade requerida para o pedido em exame; esse documento patentário pertence ao estado da técnica para fins de novidade, se houver correspondente BR, conforme o Art. 11 §2.º e §3.º da LPI.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

PARECER

N.º do Pedido: BR102018001000-0 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 17/01/2018

Esta exigência está sendo realizada com base no Art. 35, incisos I e IV, da Lei nº 9.279, de 1996 (LPI), em conformidade com a Portaria /INPI/PR nº 34, de 01/04/2022.

A matéria correspondente ao presente pedido foi objeto de análise em outros Escritórios de patentes. O relatório de busca em anexo contém os principais documentos de anterioridades citadas.

De acordo com o Art. 36 da LPI, o depositante deve manifestar-se quanto aos documentos do estado da técnica citados no relatório de busca, modificando o quadro reivindicatório do pedido, de forma a adequá-lo a estes documentos, e/ou apresentar argumentação a respeito da pertinência destes documentos.

Ressalta-se que o quadro reivindicatório a ser apresentado não deverá ampliar a matéria inicialmente reivindicada, conforme a Resolução 93/2013, de 10/06/2013, que dispõe sobre a aplicabilidade do Art. 32 da LPI. Deve-se atentar para o disposto no Art. 25 da LPI, nas Instruções Normativas 30/2013 e 31/2013, de 04 de dezembro de 2013, e nas Diretrizes de Exame de Patentes vigentes. Do mesmo modo, deve-se atentar para que a matéria reivindicada não venha a incidir no Artigos 10 e 18 da LPI.

Recomenda-se ao depositante apresentar, juntamente à reformulação do quadro reivindicatório, as vias indicando as modificações realizadas, assim como novas vias do Relatório Descritivo, Resumo e Desenhos, corrigindo possíveis erros de tradução ou digitação.

No caso da adequação do quadro reivindicatório implicar no aumento do número de reivindicações em relação ao quadro reivindicatório para o qual foi requerido o exame, a guia de requerimento de exame deverá ser complementada, no valor referente às reivindicações excedentes por meio de uma GRU de código 800, com base nos valores atuais da tabela de retribuição.

Caso o depositante apresente em sua manifestação um quadro reivindicatório não adequado às anterioridades citadas como impeditivas à patenteabilidade, nem argumentações quanto aos requisitos de patenteabilidade, o pedido será indeferido.

O depositante deve responder à exigência formulada neste parecer por meio do serviço de código 207 em até 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação na RPI, sob pena do arquivamento definitivo do pedido, de acordo com o Art. 36 § 1º da LPI.

Publique-se a Exigência Preliminar (6.23).

Rio de Janeiro, 06 de Abril de 2022.

Gilson da Silva
Chefe de Divisão/ Mat. Nº 1348998
DIRPA / CGPAT I/DINOR